

**UNIVERSIDADE ANHANGUEIRA-UNIDERP
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PRODUÇÃO E
GESTÃO AGROINDUSTRIAL**

ELAINE CAMPOS RODRIGUES

**PERFIL PRODUTIVO EM PROPRIEDADES DA AGRICULTURA
FAMILIAR DA REGIÃO DA ÁGUA BOA, MUNICÍPIO DE
ROCHEDO, MS**

**Campo Grande- MS
2012**

ELAINE CAMPOS RODRIGUES

**PERFIL PRODUTIVO EM PROPRIEDADES DA AGRICULTURA
FAMILIAR DA REGIÃO DA ÁGUA BOA, MUNICÍPIO DE
ROCHEDO, MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Produção e Gestão Agroindustrial da Universidade Anhanguera-Uniderp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Produção Agroindustrial.

Comitê de orientação:

Prof. Dr. Edison Rubens Arrabal Arias

Prof. Dr. Celso Correia de Souza

**Campo Grande- MS
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Anhanguera – Uniderp

R612p Rodrigues, Elaine Campos.
Perfil produtivo em propriedades da agricultura familiar da região da Água Boa, município de Rochedo, MS. / Elaine Campos Rodrigues. -- Campo Grande, 2012.
42f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Anhanguera - Uniderp, 2012.
“Orientação: Prof. Dr. Edison Rubens Arrabal Arias.”

1. Política agrícola 2. Agricultura familiar 3. Crédito I. Título.

CDD 21.ed. 338.1

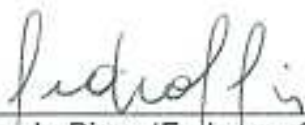
FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: **Elaine Campos Rodrigues**

Dissertação defendida e aprovada em 30 de maio de 2012 pela Banca Examinadora:



Prof. Doutor **Edison Rubens Arrabal Arias** (Orientador)



Prof. Doutor **Pedro Paulo Pires** (Embrapa Gado de Corte)



Prof. Doutor **Francisco de Assis Rolim Pereira** (Universidade Anhanguera-
Uniderp)

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus por ter me abençoado, me dado saúde, iluminado meu caminho durante esta caminhada.

Ao meu Esposo Kennyd pelo amor, incentivo, apoio incondicional e companheirismo.

Aos meus Filhos João Gabriel e Enzo com meu amor e como incentivo para suas vidas.

A minha mãe Nadir por ter me dado apoio nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Edison Rubens Arrabal Arias, pela amizade, confiança depositada, pela atenção, dedicação e sabedoria com que me passou seus conhecimentos e experiências fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	Sistemas de Produção Explorados na comunidade da Água Boa, município de Rochedo, 2011	33
TABELA 2.	Distribuição do número de animais, por categoria, em propriedades da região da água Boa, município de Rochedo, MS, com diferentes tamanhos de áreas. Campo Grande, 2012	35
TABELA 3.	Produção média de leite diária por animal distribuído por tamanho de propriedade na região da Água Boa, município de Rochedo, MS, 2011.	36
TABELA 4.	Distribuição de freqüência de propriedades, com relação ao destino da produção leiteira da região da Água Boa, município de Rochedo, MS, 2011	37
TABELA 5.	Distribuição percentual de retorno mensal com a comercialização da produção resultante da atividade leiteira. Água Boa, município de Rochedo, MS. 2011	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Distribuição percentual dos agricultores produtores de leite, conforme faixa etária, na comunidade da Água Boa, município de Rochedo. 2012.	30
Figura 2.	Distribuição de frequência dos produtores de leite da comunidade da Água Boa, município de Rochedo, MS, de acordo com a escolaridade. 2012.	31
Figura 3.	Distribuição percentual das pequenas propriedades de pecuária leiteira da região do distrito de Água Boa, município de Rochedo, por tamanho de área.	32
Figura 4.	Percentagem das propriedades com energia rural, na Região de Água Boa, Município de Rochedo, MS. Ano agrícola: 2011/12.	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	1
2. REVISÃO GERAL DE LITERATURA.....	3
2.1 PRONAF	9
2.2 PROGRAMA MAIS ALIMENTOS.....	10
2.3 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	10
2.4 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	11
2.5 PROGRAMA AGROINDUSTRIA	11
2.6 PROGRAMA BIODIESEL (PNPB).....	12
2.7 PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)	13
2.8 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	13
2.8.1 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	14
2.8.2 Programa Agricultura de Baixo Carbono	15
2.8.3 Programa Luz para Todos.....	15
2.8.4 Formas de organização.....	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
3. ARTIGO	23
RESUMO	24
ABSTRACT	25
3.1 INTRODUÇÃO	26
3.2 MATERIAL E MÉTODOS	28
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.4 CONCLUSÕES.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO GERAL

À partir da década de 1990, o governo federal vem dando maior importância para a agricultura familiar no Brasil. Segundo Benedicto *et al.* (2010), a agricultura familiar possui grande papel na economia, sendo a principal geradora de postos de trabalho no meio rural, segurança alimentar e desenvolvimento local. Sua produção representa 37,87% de toda a produção nacional, envolvendo 85,17% dos estabelecimentos rurais, 30,50% da área total destes estabelecimentos e por grande parte dos alimentos consumidos pela população brasileira (SAF, 2007).

No Mato Grosso do Sul, as principais atividades econômicas da agricultura familiar baseiam-se na agropecuária, inseridas nas diversas cadeias produtivas do agronegócio. Portugal (2004) menciona que existem sistemas produtivos diversificados, entretanto devido à falta de orientação técnica, constata-se que essa diversificação, em muitos municípios, acontece aleatoriamente, seja pela tradição familiar ou em função de necessidades de mercado e facilidades comerciais, as quais não trazem retorno ao capital investido, tornando a atividade pouco atrativa, resultando em desestímulo ao produtor e podendo resultar na evasão do campo.

Para que as estratégias de desenvolvimento possam combater a pobreza, é indispensável que se fundamentem em atividades produtivas capazes de gerar excedentes e sustentar o crescimento econômico, em função de suas necessidades. Jara (1998) afirma que as periferias dos grandes centros urbanos são compostas, na sua maioria, de famílias que saíram do meio rural em busca de novas oportunidades de sustentabilidade.

Preocupado com esse quadro, o Governo Federal lançou programas visando o desenvolvimento econômico e social dessas famílias. Entretanto, grande parte dos recursos destinados a esses programas não é utilizado, em função do desconhecimento da existência desses recursos, e das facilidades de pagamento dos mesmos.

Gomes e Ferreira (2006) enfatizam que se fossem aplicados no meio rural, os recursos direcionados principalmente as famílias de baixa renda, levariam ao crescimento e à fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural e o empobrecimento do país. Entretanto, pesquisadores avaliando os resultados obtidos em comunidades que participaram de alguns desses programas, constataram que grande parte dos produtores que utilizaram esses recursos não obtiveram os benefícios esperados, o que sugere que as famílias não tenham sido bem orientadas com relação à utilização dos mesmos.

Assim, trabalhos que visem buscar uma melhoria de vida ao pequeno produtor, viabilizando o seu estabelecimento no campo, com qualidade de vida, são imprescindíveis. Para que esse trabalho possa ser realizado, é imperativo conhecer os perfis dos produtores e de suas famílias, assim como os sistemas de produção adotados pelos mesmos. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi realizar um diagnóstico dos sistemas produtivos adotados nas pequenas propriedades da região da Água Boa, município de Rochedo-MS, levantar seus problemas e propor melhorias por meio dos programas públicos disponíveis.

2. REVISÃO GERAL DE LITERATURA

A sociedade brasileira tem sua história marcada pelos seus grandes períodos de colonização, império e de república e, entre os momentos de glória econômica, que ajudaram a acelerar o mercado, é destaque no cenário mundial, figura de exportação de produtos agrícolas, particularmente o café, que por longo período da história consagrou o Brasil como grande produtor no mundo (GOMES e FERREIRA, 2006).

Em épocas mais recentes a soja, entre outros produtos, igualmente sobressai como mercadoria de exportação levando o país às mais distantes nações. Nessa esteira do desenvolvimento fica evidente que a agricultura brasileira tem contribuído substancialmente para o crescimento econômico do País, fixação do homem no campo, aumento do emprego e aquecimento interno do mercado (GOMES e FERREIRA, 2006).

No início da década de 1970, a pequena produção agrícola familiar era levada a abandonar sua forma de organização produtiva voltada para a subsistência, substituindo produtos tradicionais como arroz, feijão, batata-inglesa, mandioca, por cultivos que visavam à comercialização, tais como soja e trigo. Tal substituição, acompanhada pela modernização agrícola, levou a produção agrícola familiar a uma posição de subordinação com relação à produção industrial. Este fato, além de destruir uma economia de subsistência, destruiu o equilíbrio do homem do campo, que até então se fixava na área rural (ZAAR, 1999, citado por ZAAR, 2000).

Para discutir agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento, é preciso pensar de forma mais ampla. Há até quem diga que

não é interessante chamar agricultura familiar, mas de agricultura sustentável (SERRA, 2003).

Ao pensar no debate sobre agricultura familiar a partir de um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, devem-se levar em conta os três pilares que geralmente são colocados como setores de desenvolvimento: o econômico, o social e o ambiental justo para o nosso país (SERRA, 2003).

O produtor rural faz parte de um amplo complexo de relações econômicas e contratuais, que estão ligadas em cadeia, dentro de um contexto conhecido como agronegócio. O tamanho de sua atividade não é mais medido pela área física que possui ou ocupa, mas sim pela renda que consegue extrair de cada hectare dessa área ou de cada animal que produz. Essa nova realidade coloca em xeque os conceitos tradicionais de agricultura familiar e empresarial, exigindo uma nova postura dos agentes econômicos envolvidos na atividade primária (LUCENA *et al.* 2010).

A LEI N 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

Assim, o Art. 3 estabelece:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

A lei nº 8.629, de 25 fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993).

Um módulo fiscal é uma unidade expressa em hectares (ha) de tamanho variável, dependendo das condições de produção de cada município, como a dinâmica do mercado, infraestrutura instalada, disponibilidade de tecnologia, qualidade de água e solo, etc. Assim, por exemplo, o módulo fiscal de

uma região como Amazônia (100 ha em média) é muito maior que do Estado de São Paulo (5 ha em alguns municípios) (BRASIL, 2012).

Segundo Lima, (1995), citado por Lucena *et al* (2010), a unidade familiar constitui um tipo de produção que apresenta como características baixo nível de capital de exploração; realiza a produção exclusivamente com força de trabalho familiar; pelo baixo grau de comercialização, tendo em vista a pequena escala de produção e, normalmente, comercializar somente o excedente do consumo familiar; sistema de produção diversificado, com alta exigência em mão de obra; área de terra inferior ao módulo rural.

A agricultura familiar é o sistema predominante no mundo inteiro. No Brasil, são cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos (87,17% do número de estabelecimentos agrícolas), dos quais 50% estão localizadas no Nordeste. O segmento detém 30,50% das terras e responde por 37,87% da produção nacional. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro – como os cereais (feijão, arroz, milho), as hortaliças, os tubérculos e pequenos animais - chega a ser responsável por 60% da produção (PORTUGAL, 2004).

Conforme apontado pelo IBGE (2006), agricultura familiar é a principal geradora de emprego no meio rural brasileiro, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas no campo, correspondendo a mais de 74% da população agrícola. Em termos de produção, apesar de ocupar cerca de 30,50% da área total dos estabelecimentos agropecuários, é responsável por 38% do valor bruto da produção e por grande parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, respondendo por 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% da pecuária de leite, 46% do milho, 50% das aves e 34% do arroz produzido no país.

Em relação à produção de alimentos, a agricultura familiar responde por parte considerável do abastecimento interno, compondo a dieta alimentar básica da população e oferecendo uma grande contrapartida à produção nacional. O Censo Agropecuário de 2006 apontou uma tendência ascendente nesse sentido, com menor importação de alimentos devido a um rápido acréscimo de produtividade e maior aproveitamento das terras por esse tipo de estabelecimento.

Um ponto de vista importante e que tem contribuído para a reorganização das unidades produtivas familiares, é o processo de modernização

da agricultura, que altera a face da organização familiar tradicional. Um desses traços, que marcam esta transformação é que, com o passar do tempo, a estrutura familiar é marcada pela diminuição no número de filhos, isso deve ser pensado de maneira que faz parte ao modelo vigente que cria novas necessidades onde a estrutura familiar anteriormente consolidada já não tem como suportar (FINATTO e SALAMONI, 2008).

O Brasil hesita em abandonar o sistema patronal que cada vez emprega menos e amplia mais a exclusão. Sendo assim as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira. E isso ocorre em contexto no qual a forma de agricultura mais favorecida é a patronal que emprega cada vez menos trabalhadores, acarretando cada vez mais concentração de renda e exclusão social (VEIGA 2002, citado por LUCENA *et al*, 2010).

Segundo Guilhoto *et al*, (2012), produtos como frutas e hortaliças são importantes para agricultura familiar e exigem menor grau de processamento até chegar ao consumo final, sendo que a soja, cana-de-açúcar e algodão constituem matéria prima de produtos totalmente industrializados. Assim no agronegócio patronal, grande parte do PIB é atribuída à indústria de processamento (35%), enquanto que no familiar a participação é de 24%. Por isso no sistema familiar, a própria produção do campo e a distribuição de seus produtos exercem maior participação.

Guanziroli (2005) citado por Lucena *et al*. (2010), afirma que no Brasil após a desregulamentação do mercado ocorrida em meados da década de 1990, o setor agrícola voltou a rever a importância do pequeno produtor e da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, pois a abertura de mercado forçou a evolução de novos modelos de gestão rural ampliando sua progressão, num contexto de mudança na nova ordem política e econômica da nação, exigência competitiva do mercado; e surgimento de novos modelos tecnológicos.

Atualmente, o pequeno produtor rural também está trabalhando nesses novos modelos, graças aos avanços tecnológicos, tanto nos segmentos das ciências, quanto no contexto de gestão e organização. Hoje, a pequena propriedade rural tem a possibilidade de aplicar essas novas técnicas de gestão rural de que necessita advindo de aparatos instrumentais tecnológicos, como, por

exemplo, a informação (GUANZIROLI, 2005 citado por LUCENA *et al*, 2010).

A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do País e por consequência nas grandes metrópoles, assim inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições políticos-institucionais, representadas por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, sendo que esse conjunto de fatores tem sido a principal limitante do desenvolvimento. Embora haja um esforço importante do Governo Federal com programas como PRONAF, programas estaduais de assistência técnica e associativismo, há um imenso desafio a vencer (PORTUGAL, 2004).

Analisando as variáveis tecnológicas e políticos-institucionais, há dois fatores fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar a massificação de informação organizada e adequada, usando modernos meios de comunicação de massa (TV, rádio e internet) e a melhoria da capacidade organizacional dos produtores com objetivo de ganhar escala buscar nichos de mercado, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra como, por exemplo, o turismo rural (PORTUGAL, 2004).

O fortalecimento da agricultura familiar requer conceitos ultrapassados, como os da agricultura de baixa renda e da pequena produção ou da agricultura de subsistência, sejam eliminados, pois tem prejudicado o processo de integração desses agricultores no mercado competitivo (MANZANO *et al*, 2006).

O segmento familiar deve ser entendido como o que detém poder de influência econômica e social. Esta atividade, cujo capital pertence à família e em que a direção do processo produtivo está assegurada pelos proprietários, apesar do tamanho das unidades produtivas e de sua capacidade geradora de renda, possui características inteiramente compatíveis com a importante participação na oferta agrícola ABRAMOVAY, 1997, citado por MANZANO *et al*, 2006).

Diante de buscas por novos sistemas produtivos e organizacionais que priorizem por estratégias produtivas sustentáveis, o segmento da agricultura familiar apresenta características compatíveis com ideais da sustentabilidade

(FINATTO e SALAMONI, 2008). Segundo os mesmos autores, esta visão pretende considerar a sustentabilidade como um meio para se interagir uma situação de desenvolvimento pautado nas potencialidades locais, pensando-se assim em um sistema de desenvolvimento local e regional.

O principal programa do Governo Federal de apoio a este importante segmento é o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, considerado um marco na história das políticas públicas para o campo, pois reconhece as especificidades do agricultor familiar na busca de alternativas que possam atendê-lo de forma diferenciada (BANCO DO BRASIL, 2008).

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995/96, visando aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, foram assinados, no período de 1995 a 1999, em torno de 2,4 milhões de contratos de financiamentos, resultando empréstimo de mais de seis bilhões de reais, o que melhorou significativamente os recursos financeiros aplicados neste segmento (EVANGELISTA, 2004 citado por MANZANO *et al.* 2006).

Além disso, na safra 2008/2009, 88% das operações de custeio agropecuário contaram com seguro de produção garantindo mais segurança e tranquilidade para o produtor familiar; motivando a assinatura de acordo de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e as principais entidades representativas: Associação Brasileira das Instituições Estaduais (Asbraer), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e os movimentos sociais - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), (BANCO DO BRASIL, 2008).

Esse recurso possibilitou ampliar de 1,4 milhão para 1,8 milhão o número de famílias de agricultores atendidas por políticas de crédito rural o que demonstra a importância deste segmento nos produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos de exportação agrícola brasileira (EVANGELISTA, 2004 citado por MANZANO *et al.* 2006).

2.1 PRONAF

Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA,1995).

O acesso ao PRONAF inicia na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, ou seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (MDA,1995).

Segundo Gomes e Ferreira (2006) o PRONAF não se apresenta como um programa puramente político ou simplesmente de crédito. Tem em seu bojo uma finalidade muito especial: o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar. Produzir a dignidade e a cidadania do homem do campo, aqui incluindo a sua família. Fortalecê-los, valorizá-los, integrá-los no agronegócio, proporcionando-lhes maior renda e maior valor agregado ao produto, bastando, para tanto, que com a mesma seriedade com que tal programa foi-lhes direcionado, a unidade familiar invista o recurso que lhes é entregue, sem desvios ou mascaramentos em sua aplicação.

Para obter o financiamento os produtores rurais que atendam as seguintes condições e apresentem a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, emitida pelas instituições e órgãos oficiais autorizados. Explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária); tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento (SILVA FILHO, 1995).

2.2 PROGRAMA MAIS ALIMENTOS

O Programa Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juro de 2% ao ano (MDA, 2008).

O Mais Alimentos é uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem. Esta linha de financiamento contempla também projetos associados à apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, cana-de-açúcar e palmácea para produção de palmito (MDA, 2008).

2.3 PROGRAMA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar. A Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras (secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, que recebem recursos diretamente do FNDE, responsáveis pela execução do (Programa Nacional de Alimentação Escolar) PNAE (MDA, 2009).

Seguindo nesta perspectiva, o programa passou a ser considerada como um grande potencial para ser utilizado como uma política de caráter

estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

2.4 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como objetivo garantir o acesso a alimentação em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. A Compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, preferencialmente organizados em cooperativas, associações ou grupos informais é doada simultaneamente para entidades integrantes da rede socioassistencial (MDA, 2003b).

Visa também contribuir para a formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

Quem executa esse programa são os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) com governos estaduais e municipais, sociedade civil, organizações da agricultura familiar e rede de entidades socioassistenciais (MDA, 2003b).

2.5 PROGRAMA AGROINDUSTRIA

O programa apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas.

Podem participar agricultores familiares, pessoas físicas e jurídicas formada por no mínimo 90% destes agricultores e com no mínimo 70% da matéria

prima própria. As pessoas jurídicas que industrializam leite têm regras próprias (MDA, 2012).

2.6 PROGRAMA BIODIESEL (PNPB)

É um programa interministerial do Governo Federal, criado em 2004, que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, promovendo geração de emprego e renda. As principais diretrizes do programa são, implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima (MDA, 2004).

O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel concessão do direito de uso do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que varia de acordo com a matéria prima adquirida e região da aquisição, incentivos comerciais e de financiamento (MDA, 2004).

Como contrapartida destes benefícios o produtor assume algumas obrigações descritas na Instrução Normativa Nº 01 de 19 de fevereiro de 2009, em Adquirir um percentual mínimo de matéria prima dos agricultores familiares no ano de produção de biodiesel, celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias primas com os agricultores familiares ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar daquele município e/ou estado, assegurar capacitação e assistência técnica à esses agricultores familiares contratados (MDA, 2004).

2.7 PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, desenvolve o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo (MDA, 2003a).

O valor máximo do empréstimo é de R\$ 80 mil com juros de 2% a 5% ao ano. O pagamento é efetuado em até 20 anos, incluídos três anos de carência. Os pagamentos em dia e a terra negociada abaixo do preço recebem descontos de até 50%. Como parceira, a FETAGRI – MS atua na organização dos grupamentos sociais, capacitação inicial, divulgação das normas e procedimentos, elaboração das propostas e dos projetos técnicos de viabilidade econômica e social. O PNCF foi implantado no estado de Mato Grosso de Sul, no ano de 2005, através de um termo de cooperação técnica, firmado entre governo federal, representado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, e Secretaria de Reordenamento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural, e a operação realizada através da Unidade Técnica Estadual (MDA, 2003a).

2.8 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Para coordenar as ações de Ater, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) dispõe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

(Dater), que conta com três coordenações: Fomento à Ater, Formação de Agentes de Ater e Gestão do Sibrater (MDA, 2005).

2.8.1 PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR)

Foi instituído pela Lei Federal Nº 11.977, do dia 7 de julho/2009. O programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma das faces do programa Minha Casa Minha Vida. É regulamentado pela Portaria n.º 326 de 31 de agosto de 2009. Grupo I concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural (CEF, 2009).

Esse programa oferece subsídios para pessoa física, Trabalhador Rural ou Agricultor Familiar, com renda familiar bruta anual de até R\$ 15.000,00, que estejam estabelecidos de forma coletiva, por uma Entidade Organizadora. São beneficiários do Programa e se enquadram como agricultores familiares: pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aqüicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais (CEF, 2009).

O Subsídio concedido ao beneficiário é de até R\$ 25.000,00, destinado à construção da UH (unidade habitacional), pagamento do material de construção e mão de obra e até R\$ 15.000,00 destinado a conclusão/reforma /ampliação da UH. Sendo 4% do valor do subsídio edificação é devolvido, pelo beneficiário ao Orçamento Geral da União (OGU), a título de contra partida do beneficiário, da seguinte forma: quatro parcelas anuais, sem juros e sem atualização monetária, sendo que a primeira parcela vence um ano após assinatura do contrato (CEF, 2009).

2.8.2 PROGRAMA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu em junho de 2010 o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). A iniciativa pretende aliar produção de alimentos e bionergia com redução dos gases de efeito estufa. O Programa ABC incentiva processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, a serem adotados pelos agricultores nos próximos anos (MAPA, 2010).

As ações do programa ABC estão inseridas no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011 e preveem aplicação de R\$ 2 bilhões em técnicas que garantam eficiência no campo, com balanço positivo entre sequestro e emissão de dióxido de carbono (CO₂). Estão garantidos recursos a agricultores e cooperativas, com limite de financiamento de R\$ 1 milhão por beneficiário. O crédito será financiado com taxa de juros de 5,5% ao ano e prazo de reembolso de 12 anos (MAPA, 2010).

Para difundir uma nova agricultura sustentável, que reduza o aquecimento global e a liberação de carbono na atmosfera, o Programa ABC incentiva seis iniciativas básicas tal qual seja plantio direto na palha, recuperação de pastos degradados, integração lavoura-pecuária-floresta, plantio de florestas comerciais, fixação biológica de nitrogênio e tratamento de resíduos de animais (MAPA, 2010).

A linha de crédito aberta aos estabelecimentos familiares tem por finalidade de suprir a necessidade de capital durante o ciclo produtivo, chamado de custeio da produção, bem como a função de viabilizar a manutenção, a expansão e a competitividade dos produtos objetos da exploração agropecuária pela unidade familiar (GOMES e FERREIRA, 2006).

2.8.3 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de

novembro de 2003, é alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, visa a prover, o acesso à energia elétrica à totalidade da população do meio rural brasileiro. Em um contexto em que 80% da exclusão elétrica está no meio rural, a Luz para Todos veio garantir o acesso ao serviço público de energia elétrica a todos os domicílios e estabelecimentos do meio rural, melhorar a prestação de serviços à população beneficiada, intensificar o ritmo de atendimento e mitigar o potencial impacto tarifário, por meio da alocação de recursos subvencionados e pelo complemento de recursos financiados (ELETROBRÁS, 2010).

Além de levar energia à população rural, oferece soluções para utilizá-la como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como aos programas sociais do governo federal, fortalecendo o capital social dessas comunidades (ELETROBRÁS, 2010).

2.8.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Uma forma de organização é a combinação de esforços individuais, que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização, torna-se possível alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa só (BANCO DO BRASIL, 2012).

Associação é a forma mais básica para se organizar juridicamente um grupo de pessoas para realização de objetivos comuns. Em um sentido amplo, é qualquer iniciativa, formal ou informal, que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns. É uma forma de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e sua constituição permite a construção de condições maiores e melhores do que os indivíduos teriam isoladamente (BANCO DO BRASIL, 2012).

Já a cooperativa é a organização autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade

coletiva e democraticamente gerido. Tem por objetivo melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo satisfazer isoladamente (BANCO DO BRASIL, 2012).

De acordo com Batalha (1997) o Brasil, como outros países, possui uma legislação específica para o cooperativismo, e a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, caracteriza esta sociedade como uma atividade econômica de proveito comum sem objetivo de lucro, tendo como característica a adesão voluntária e enfatiza o princípio democrático que afirma assembleia geral como órgão de máximo de decisão.

A cooperativa é, então, um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, através de um acordo voluntário para cooperação recíproca, e se diferencia de outros tipos de associações de pessoas por seu caráter essencialmente econômico. Sua finalidade é colocar os produtos e ou serviços dos seus cooperados no mercado, em condições mais vantajosas do que os mesmos teriam isoladamente. Desse modo, a cooperativa pode ser entendida como uma empresa que presta serviços aos seus cooperados (BANCO DO BRASIL, 2012).

A principal diferença entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e ações filantrópicas, as cooperativas têm finalidade econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio dos cooperados junto ao mercado. A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo. Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial de forma coletiva, em média ou grande escala, e retirar dela o próprio sustento (BANCO DO BRASIL, 2012).

Para Sales (2005) citado por Benedicto *et al*, (2010), quando se fala em políticas de apoio a agricultura familiar no Brasil a produção familiar é a mais importante atividade econômica em várias regiões brasileiras e necessita ser alavancada, pois o potencial dos estabelecimentos familiares na geração de emprego e renda é bastante significativo, sendo necessário para isso contar com

acesso a terra e ao crédito.

É necessário incentivar o uso de tecnologias apropriadas para o aumento da produção e dar garantias para comercialização dos produtos produzidos, pela participação das famílias nas políticas públicas, associações e cooperativas agrícolas (BENEDICTO *et al*, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO BRASIL. **Curso de Atualização para Realização de Projetos. Organização Social.** In: Banco do Brasil. **DRS – Estratégias de Negócio.** (Apostila). Brasília, DF: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2012. 2p.

BANCO DO BRASIL. **Workshop Agricultura Familiar.** Processo de disponibilização de tecnologias de produção e técnicas de gestão. Brasília, DF. Banco do Brasil 2008. 110p. Disponível em www.bb.com.br/docs/pub/siteesp/agro/dwn/workshop.af.pdfbanco Acesso em 25/03/2012.

BATALHA, M. O (Coord.). **Gestão Agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997. 573 p.

BRASIL, 1993. **LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.** Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm. Acesso em 25/03/2012.

BRASIL, 2006. **Estabelece Diretriz para Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em 25/03/2012.

BRASIL, 2012. **Pequena Propriedade e Agricultura Familiar.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos_agriculturafamiliar/agricultura_familiar.html > Acesso em 25/03/2012.

BENEDICTO, S. C; LAGO, R. T; ANDRADE, G. N; STIEG, C. M. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Local:** uma análise sob a ótica da agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4. Lavras MG. **Anais...** Lavras: UFLA, 2010. 18 p. Disponível em: www.anaisenapgs2010.cariri.ufc.br/index.php?option=comfask Acesso em: 15/05/2012.

CEF – Caixa Econômica Federal. 2009. **Programa Nacional de Habitação Rural.** Disponível em: www1caixa.gov.br/gov/gov-Social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/pnhr_ogu/index.asp

Acesso em: 10/02/2012.

ELETOBRAS, 2010. **Programa Luz Para Todos.** Rio de Janeiro: Eletrobrás.. Disponível em: <http://www.eletobras.com/elb/data/Pages.> Acesso em

03/04/2012.

FINATTO, R, A; SALAMONI, G. Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v.20, n.2, p.199-217, 2008.

SILVA FILHO, J, B. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. Analista Técnico Rural. Banco do Brasil. 5 p, 1995. Disponível em: <www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo.26.htm> . Acesso em 04/04/2012

GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia: O Caso do Brasil**. 1998. p. 26. Disponível em: <www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=ptBR&ie=UTF-8&rlz=1T4GF>.

GUILHOTO, J. M. J; ICHIHARA, S. M; SILVEIRA, F. G; DINIZ, B. C; AZZONI, C. R; MOREIRA, G. R. 2012. **A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em Seus Estados**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/107A089.pdf>> Acesso em: 13/05/2012.

GOMES, K. C. P.; FERREIRA, W. A. **A importância do Pronaf para o Pequeno Produtor Rural**. Página Rural. 2006. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br//artigo/1359/a-importancia-do-pronaf-para-o-pequeno-produtor-rural>> Acesso em: 05/02/ 2012.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2006. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/presidência/noticias/noticia_visualiza> . Acesso: 05/02/2012.

JARA, C, J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Desafios de Um Processo em Construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do estado do Pernambuco- Seplan, 1998. 316p.

LUCENA, L. P.; MELO, A. X.; MARTINES. C.; NETO, F. F.; MICHELS, I. **As pequenas propriedades Rurais de Mato Grosso do Sul e seus desafios gerenciais quanto ao sistema de informação**. Disponível em: <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/trab_format_pdf/109.pdf> Acesso em 20/11/2010.

MANZANO, A.; NOVAES, N. J.; CAMARGO, A. C.; ESTEVES, S. N.; FREITAS, A. R.; **Efeitos da Implantação de Técnicas Agropecuárias na Intensificação de Sistemas de Produção de Leite em Estabelecimentos Familiares**. Revista Brasileira de Zootecnia, v.35, n2, p. 618-628, 2006.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Programa ABC**, 2010. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/programa-abc> Acesso em 10/02/2012.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Crédito Rural**. Brasília

DF: Brasília, DF: MDA/SAF. 1995. 1p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf.>> Acesso em 12/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Crédito Fundiário**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2003.a 2 p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito.>> Acesso em 11/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2003.b 1 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos> . Acesso em 11/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Biodiesel**. Brasília DF: MDA/SAF. 2004. 2p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel> Acesso em 12/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Assistência Técnica**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2005. 1 p. Disponível em: <www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programaassistenciatecnica> Acesso em 12/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Mais Alimentos**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2008. 1 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos> Acesso em 11/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Alimentação Escolar**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2009.1p. Disponível em: <[www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/alimentação escolar.](http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/alimentação%20escolar.)> Acesso em 12/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Agroindústria**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2012. 1 p. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/saf/programas/agroindustrias.> Acesso em 12/02/2012.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Distrito Federal: Embrapa, 2004 2 p. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo>> Acesso em 28/07/2011.

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar. **PIB das Cadeias Produtivas Familiar**. 2007. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/saf/.](http://www.mda.gov.br/saf/)> Acesso em: 14/11/2010.

SERRA, M. Caderno de Estudo. **Agricultura Familiar**. INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), novembro 2003.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção: Saúde Social**, São Paulo, v.19, n4, p.933-945, 2010.

ZAAR, M. H.; **O Processo Migratório no Extremo Oeste do estado do Paraná/Brasil com a Construção da hidrelétrica Binacional Itaipu**. Scripta Nova. Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de

Barcelona n° 69(47), 2000. Disponível em:
file:///E:/defesa_qualificação/artigos_revista/sn-69-47.htm. Acesso em 15/05/2012.

3. ARTIGO

**PERFIL PRODUTIVO EM PROPRIEDADES DA AGRICULTURA
FAMILIAR DA REGIÃO DA ÁGUA BOA, MUNICÍPIO DE ROCHEDO,
MS.**

PERFIL PRODUTIVO EM PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DA ÁGUA BOA, MUNICÍPIO DE ROCHEDO, MS.

RESUMO

O Governo Federal tem promovido programas de desenvolvimento agrário, visando beneficiar principalmente os pequenos produtores ou os trabalhadores do campo que ainda não tiveram acesso a Terra, ao Crédito e à Habitação. Entretanto, grande parte das verbas destinadas a esses programas não é utilizada, indicando um baixo acesso por parte dos produtores a esses incentivos. Esse trabalho teve por objetivo realizar um diagnóstico do perfil produtivo em propriedades de cunho familiar da região da Água Boa no município de Rochedo, MS, e propor melhorias através da adoção planejada dos programas disponíveis. Assim, foi realizado um levantamento “in loco” dos sistemas de produção utilizados em todas as propriedades produtoras de leite da região, onde foram observados os seguintes aspectos: perfil dos produtores; tecnologia de implantação e manejo de pastagem; tecnologia da produção leiteira e agregação de valor à produção. Em seguida, foram realizadas visitas técnicas com os representantes da Fetagri-MS e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rochedo, onde foram explanados os programas governamentais disponíveis, que podem auxiliar na solução dos problemas observados e avaliado o nível de conhecimento e do interesse desses programas por parte dos produtores. Este trabalho permitiu concluir que os sistemas de produção leiteira praticados pela maioria dos produtores familiares da região da Água Boa, município de Rochedo, tem baixa produção em função do manejo inadequado da pastagem, do rebanho e do baixo padrão genético dos animais e que a falta de informação é o principal motivo dos agricultores familiares não demonstrarem interesse em aderir aos programas governamentais, uma vez que, ao realizar reuniões de esclarecimento e orientar os agricultores familiares na utilização dos programas disponíveis, despertou-se grande interesse e adesão imediata dos mesmos.

Palavras-Chave: Política agrícola; agricultura familiar; crédito.

PROFILE PRODUCTIVE IN AREA OF FAMILY FARM IN REGION OF ÁGUA BOA, CITY OF ROCHEDO, MS.

ABSTRACT

The Federal Government, has developed programs of agricultural development, which aim is primarily to benefit small producers or field workers who have not had access to land, credit and housing. However, each year the majority of funding for these programs is not used, indicating a low producer access to these incentives. This study aimed to make a diagnosis as is the production on the properties of familiar character in the area of Água Boa in the city of Rochedo/MS, and propose improvements through the adoption of planned programs available. Therefore, a survey was made of the production systems used in all milk producing region, where the following was observed: Profile of producers, technology deployment and pasture management, technology milk production and add value to production. And finally, technical visits were conducted with the representative of Fetagri-MS and The Union rural workers from Rochedo/MS where government programs have been described that can assist in solving the problems observed and rated the level of knowledge and interest in programs by producers.

This study revealed that dairy production systems practiced by the majority of family farmers in the region of Água Boa, in Rochedo/MS, has low production because of inadequate management of the pasture, the herd and the low standard of animal genetic and the lack of information is the main reason for farmers don't show interest in joining the government programs, since, by holding meetings for clarification and guidance to farmers in the use of available programs is aroused great interest and immediate adhesion of the same.

Keywords: Agricultural politics; family farming; credit.

3.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as questões relativas à agricultura familiar evoluíram e apontaram necessidades de mudanças. A reorientação para o desenvolvimento em bases sustentáveis pressupõe ações que impulsionem a aplicação de tecnologias inovadoras, que possibilitem agregar valor e qualidade aos produtos, garantir competitividade e sustentabilidade dos negócios, permitindo-lhe mais acesso a tecnologias e melhor gestão de seus negócios.

O retrato que se tem sobre o pequeno produtor, é de alguém que vive em condições muito precárias, não tem acesso ou pouco acesso ao sistema de crédito, que utiliza técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Entretanto afirmar que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola nos últimos anos, tanto no Brasil como em países capitalistas avançados (FERNANDES, 2009).

Como o próprio nome diz, na agricultura familiar, o trabalho e a gestão, ou seja, a administração é predominantemente familiar. Ao contrário do que dela se diz com frequência, como sendo um simples reservatório de mão de obra, pelo contrário, além de fixar o homem no campo contribui para o desenvolvimento do setor (FERNANDES, 2009).

Agricultura Familiar é sempre lembrada por sua importância como principal geradora de postos de trabalho e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, contribui expressivamente para geração de riqueza, considerando não só o setor agropecuário, mas também o próprio país. Entre os anos 1995 a 2005 o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB, parcela bastante expressiva, considerando-se que a participação do agronegócio situa ao redor de 30% da economia brasileira (GUILHOTO *et al*, 2012).

Segundo Guanzioli (1998), o Brasil teria uma vantagem, do ponto de vista social, em relação a outros países que não possuem nenhuma fronteira agrícola e tem que suportar o desemprego unicamente com mercado dos centros urbanos, pois a função do tamanho de sua área agrícola, ainda pode promover

redistribuição de terra sem prejudicar o segmento mais dinâmico do setor agrícola, responsável pelos excedentes exportáveis do país.

De acordo com Lucena *et al.* (2010), é provável que para incrementar a renda, seja necessário que os agricultores que trabalham sob regime familiar tenham acesso a mais tecnologia e, para Barbosa (1994), citado por Lucena *et al.*, (2010) é preciso modernizar seus sistemas gerenciais e organizativos, aumentar a produção, descobrir nichos de mercado e desenvolver atividades para complementar a renda. Assim, entre os benefícios, estão à inserção da produção das famílias em mercados importantes centros consumidores, garantindo sua viabilidade econômica e social.

Nesse sentido, um papel importante tanto do governo do estado quanto dos profissionais da área é o de apresentar à agricultura familiar soluções em agronegócios, atuando de forma inovadora e com responsabilidade socioambiental.

O resultado do Workshop promovido pelo Banco do Brasil em 2008 aponta que, nos últimos anos, as questões relativas à agricultura familiar evoluíram e mostraram a necessidade de mudanças. Uma das premissas é a reorientação das ações governamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar em bases sustentáveis que impulsionem a aplicação de tecnologias inovadoras, que possibilitem agregar valor e qualidade aos produtos, garantindo competitividade e a sustentabilidade dos negócios, permitindo a esses indivíduos mais acesso às tecnologias e melhor gestão de seus negócios.

A necessidade de direcionar políticas voltadas à agricultura familiar é uma preocupação do Governo Federal desde a década de 1990 quando, a partir de 1995, deu início a programas de desenvolvimento agrário, cujo intuito é beneficiar principalmente os pequenos produtores.

Dentre esses, merecem destaque programas como o PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar (MDA, 1995), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (MDA, 2003a), o Programa de Assistência Técnica (MDA, 2005) e o Programa Nacional de Habitação Rural (CEF, 2009), que têm como objetivo principal o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Agricultura familiar.

Assim, projetos que visem buscar uma melhoria de vida a esse pequeno produtor, viabilizando o seu estabelecimento no campo, com qualidade de vida, são imprescindíveis. Para que esses resultados possam ser atingidos, é

imperativo conhecer o perfil do produtor e de sua família, assim como o sistema de produção adotado pelo mesmo. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi realizar um diagnóstico dos sistemas produtivos adotados nas pequenas propriedades da região da Água Boa, município de Rochedo, levantar seus problemas e propor melhorias através dos programas públicos disponíveis.

3.2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado na comunidade de Água Boa, município de Rochedo, estado de Mato Grosso do Sul, no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2012, cujo módulo fiscal da região é de 35 ha, localizada na Estrada da Água Boa, Rodovia MS 080, km 42 (à direita), cujas coordenadas são 19° 57' 11" de latitude sul e 54° 53' 33" de longitude oeste, com uma altitude de 260 m.

O modelo de pesquisa adotado foi a descritiva e não experimental, o qual estuda a relação entre duas ou mais variáveis, e onde apenas se verifica a constatação do fato (KOCHE, 1997).

A pesquisa para a formulação do trabalho foi dividida em três fases: inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de fundamentar cientificamente os tópicos e conceitos envolvidos, o conhecimento dos programas sociais para os pequenos produtores rurais, bem como contextualizar os sistemas de produção adotados pelos pequenos produtores. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, um roteiro, o qual permitiu um levantamento "in loco" dos sistemas de produção utilizados na totalidade das propriedades dos pequenos produtores de leite da comunidade de Água Boa e, na terceira etapa foram realizadas visitas de esclarecimento dos programas disponíveis.

Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas informações obtidas em livros, artigos, revistas e sites que faziam referência à agricultura familiar, bem como com relação aos programas disponíveis. Também foram obtidas informações sobre a comunidade Água Boa junto à Fetagri MS e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rochedo, MS, por meio de fichas de inscrição dos proprietários, onde foi possível obter informações sobre o perfil dos mesmos,

tamanho da área das propriedades, localização, sistema de produção explorados, energia elétrica, distribuição do número de animais por categoria, produção de leite diária, retorno econômico da comercialização.

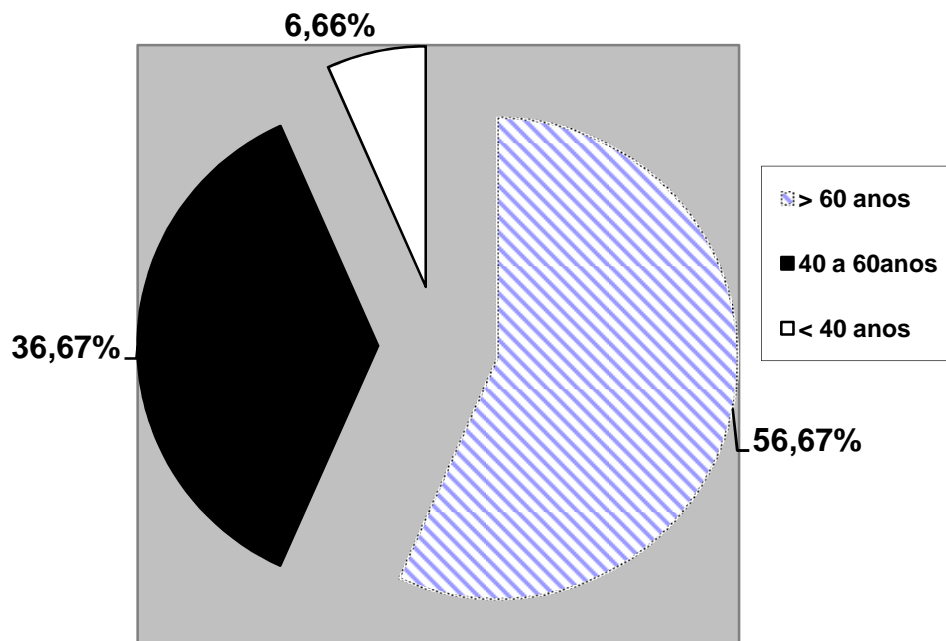
Após esse levantamento, foram realizadas visitas em todas as propriedades que possuíam exploração leiteira nessa região, totalizando 30 (trinta) produtores. Nas visitas as propriedades foram realizados os levantamentos por observação dos seguintes aspectos: do perfil das propriedades: tipo de exploração (pecuária leiteira ou pecuária aliada à agricultura); conservação do solo e de mananciais de água (curva de nível, terraços, mata ciliar, área de preservação permanente e reserva legal); plantio de horta ou pomar caseiro; estado de conservação das moradias e demais construções. Para isso, foi utilizado um roteiro de campo para observação e coleta de dados.

Também foi pesquisado sobre o nível de conhecimento sobre os programas sociais disponíveis.

Após a visita, os dados foram tabulados e realizadas análises individuais das informações utilizando-se o programa Sphinx Léxica (volume. 5). Posteriormente, foram realizadas reuniões com o objetivo de apresentar os programas públicos disponíveis, onde avaliou-se o nível de interesse dos agricultores pelos programas apresentados.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No levantamento realizado junto às fichas das propriedades da região de Água Boa, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rochedo, MS, observou-se que 83,3% dos produtores analisados são do sexo masculino. Do total, 56,6% possuem idade acima de 60 anos e 36,6% idade entre 41 e 60 anos. Apenas 6,7% dos produtores possuem menos de 40 anos, dados esses que indicam claramente o êxodo de jovens que não vislumbram maiores perspectivas na atividade rural (Figura 1).



Fonte: FETAGRI MS, 2012.

Figura 1: Distribuição percentual dos agricultores produtores de leite, conforme faixa etária, na comunidade da Água Boa, município de Rochedo.

Cabe salientar que dentre os produtores com mais de 60 anos, a maioria possui aposentadoria na atividade, o que auxilia no custeio de seus gastos diários.

Com os dados obtidos junto à Fetagri-MS e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rochedo, constatou-se que 80% dos produtores possuem o primeiro grau incompleto; 6,7% possuem o segundo grau incompleto, 6,7% possuem o terceiro grau incompleto e (6,7%) possuem o terceiro grau completo (Figura 2).

Esse fato retrata a situação que será exposta durante os resultados do trabalho, ou seja, a região sendo composta por produtores com baixo nível cultural e econômico, não procuram alternativas para mudar sua situação de vida, resultando em baixos índices de produtividade na atividade desenvolvida nas propriedades.

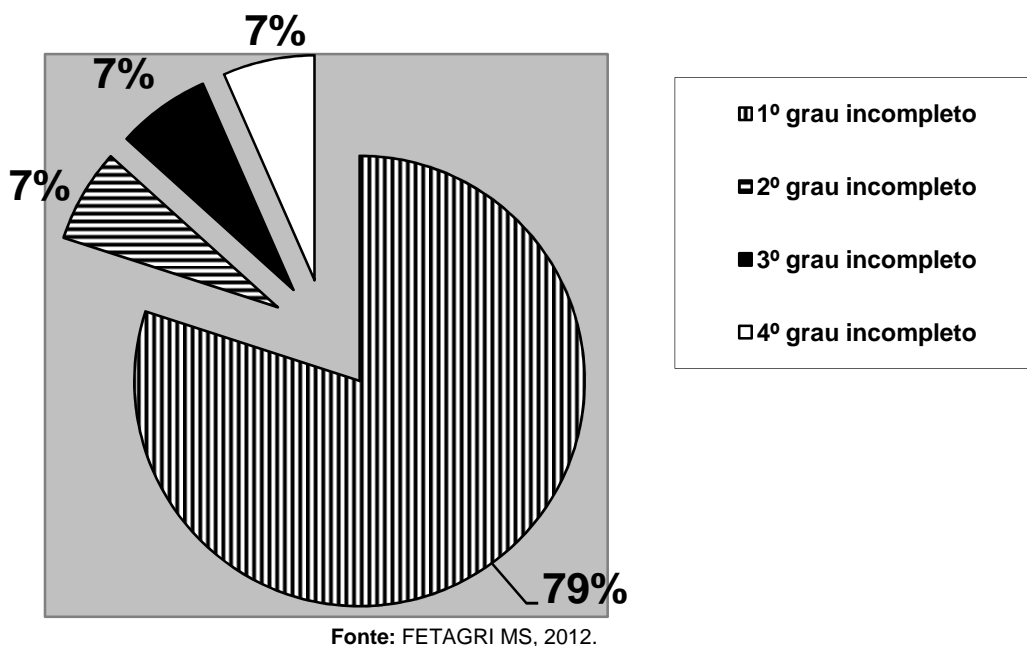
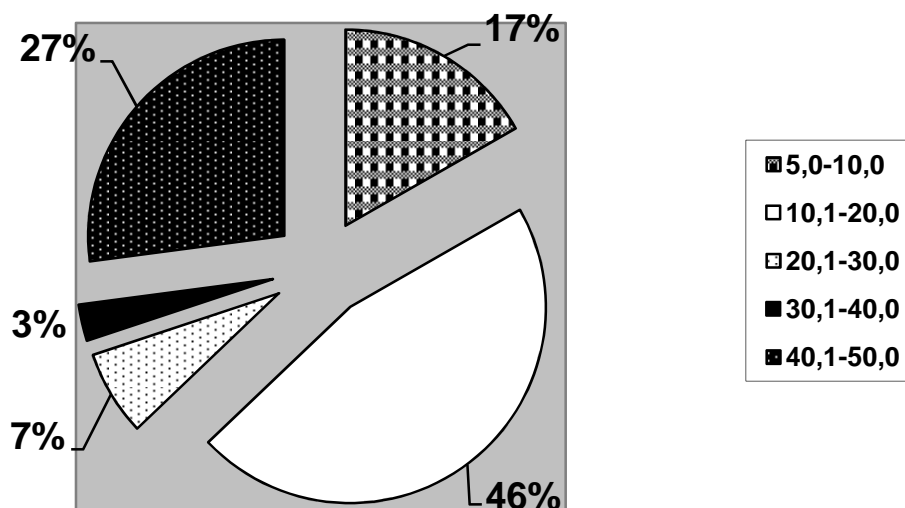


Figura 2: Distribuição de frequência dos produtores de leite da comunidade da Água Boa, município de Rochedo, MS, de acordo com a escolaridade.

Durante o levantamento realizado, constatou-se (Figura 3) que 16,67% propriedades possuem área inferior a 10 ha, 46,67 propriedades possuem área superior a 10 ha, porém inferior à 20 ha, e 6,66% propriedades compreendem áreas entre 20 e 30 ha, ou seja, 70% das propriedades possuem área inferior a 30 ha; e apenas 30 % apresentam área superior à 30 ha, porém inferior a 50 ha, sendo que a maioria dos produtores de leite da região da Água Boa (73,3%) possuem propriedades com área inferior a um módulo fiscal da região, e o restante, áreas um pouco superior ao módulo fiscal da região que é de 35 ha.

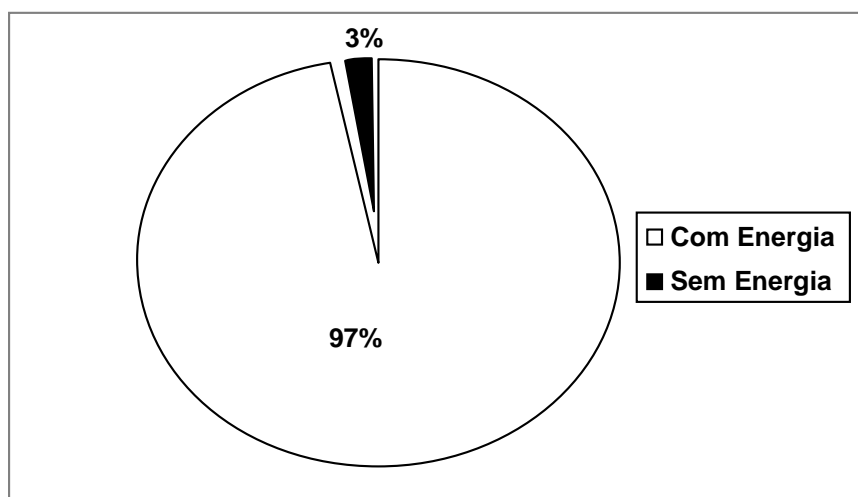
As visitas às propriedades permitiram constatar que a maioria das moradias estava em estado de conservação precário. Tal fato pode ser revertido, uma vez que os agricultores organizados em associações podem ser beneficiados, assegurando as unidades habitacionais através do Programa PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural).



Fonte: FETAGRI MS, 2012.

Figura 3: Distribuição percentual das pequenas propriedades de pecuária leiteira da região do distrito de Água Boa, município de Rochedo, por tamanho de área.

Também foi constatado, que 96,67% das propriedades possuem energia elétrica (Figura 4) e que 3,33% não possuem.. Esse problema também poderá ser resolvido com a solicitação do programa Luz para Todos do Governo Federal, o qual é totalmente gratuito.



Fonte: FETAGRI MS, 2012.

Figura 4: Percentagem das propriedades com energia rural, na Região de Água Boa, Município de Rochedo, MS. Ano agrícola.

Com relação ao sistema de produção explorado, nas visitas

realizadas nas propriedades, constatou-se que 40% das propriedades não praticam nenhum tipo de agricultura, nem mesmo a de subsistência, 40% das propriedades utilizam menos de 10% e 6,7% utilizam acima de 10% e menos de 20% da área da propriedade com agricultura de subsistência (Tabela 1), geralmente com as culturas de milho, feijão e mandioca e para alimentação do gado, com a cana-de-açúcar e o napier, cujas áreas geralmente não ultrapassam 0,5 ha para cana e 1 ha para napier. Também foi possível verificar que 93,3% das propriedades não possuem terraços e nem ao menos fazem o plantio em nível. Nesse caso o agricultor pode acessar o Programa Mais Alimentos.

TABELA 1. Sistemas de Produção Explorados na comunidade da Água Boa, município de Rochedo, 2011

Nº Propriedades	%	Tipo de Agricultura Utilizada
12	40,0	Nenhuma
12	40,0	< 10% da área com cultura de subsistência
2	6,7	10 a 20% com agricultura de subsistência *
4	13,6	Subsistência + Cana-de-açúcar + Napier **
TOTAL	30	100,0

Fonte: FETAGRI MS 2012. * Geralmente com culturas do Milho, feijão e mandioca; ** Para alimentação do gado – Napier (0,5 ha) e Cana (1,0 ha); *** Dos 4 agricultores, 1 planta mandioca tipo mesa e 3 cana-de-açúcar para fabricação de doces e rapaduras.

Com relação às pastagens, observou-se que a grande maioria (90%) encontra-se em estágio avançado de degradação ou degradadas, sendo que em 10% das propriedades foi observado que ocorreu reforma recente das pastagens. Essa realidade é preocupante, pois a lotação na maioria das propriedades variou de duas a quatro cabeças por hectare, lotação essa insustentável com o atual estado das pastagens, com a falta de manejo e também com as espécies utilizadas, as quais em sua maioria consistem de *Brachiaria brizantha* (83,3%), *Brachiária decumbens* (33,3%) e *Brachiaria humidicula* (7%). Esse é mais um dos problemas levantados que também pode ser solucionado através de linhas de crédito abertas aos estabelecimentos familiares, tais como o Programa ABC (agricultura de baixo carbono) ou o Programa Mais Alimentos que incentiva processos tecnológicos assegurando a recuperação das pastagens.

Para Aguiar (2007), o uso de espécies forrageiras inadequadas para as condições edafoclimáticas de cada região ou erros na adequação das taxas de lotação animal, sem uso de adubação de manutenção da fertilidade do solo resulta na queda do potencial de produção das pastagens.

Das propriedades visitadas, 33,3% possuem como fonte de água rio, córrego ou riacho, destas, 81% possuem mata ciliar. Segundo Bernardi *et al.* (2007) o aumento na disponibilidade dos recursos financeiros possibilita restaurar a infraestrutura ambiental, como matas ciliares, reservas legais e a proteção de mananciais exigida por lei.

Também foi constatado que 90% das propriedades possuem área com reserva legal. Vale ressaltar, que em áreas abaixo de 50 ha, o pomar ou outras culturas perenes, como por exemplo, o café, pode ser considerado como vegetação em reserva legal. Entretanto, das 30 propriedades visitadas, 13,3% não possuíam pomar, sendo que três dessas propriedades estão entre aquelas que não possuem reserva legal.

Com relação à produção de leite, foi constatado que nenhuma propriedade possui ordenhadeira mecânica, e que o retiro manual não procede corretamente à profilaxia exigida, conforme apresentado na Instrução Normativa 51(IN 51) /2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) que prevê a obrigatoriedade da contagem de células somáticas e contagem total das bactérias através de amostras de leite provenientes de rebanhos que forneçam matéria prima para laticínios sob inspeção Federal, Estadual ou Municipal (BRITO, 2009).

Com os procedimentos criteriosos para que os resultados sejam confiáveis, os produtores devem monitorar o estado sanitário do rebanho com relação à presença de mastite, assim os laticínios poderão conhecer a qualidade do leite que processam, além dos alimentos derivados do leite que são ofertados à sociedade (BRITO 2009).

Brito *et al.* (2009) afirmam que é fundamental o controle ou erradicação dos principais microrganismos; o manejo correto e higienização dos animais, sala de ordenhadeira e tratamento correto dos casos clínicos à lactação e o tratamento específico à secagem dos tetos é a melhor forma de controlar infecções.

Já Camargo *et al.* (2009), afirmam que alguns requisitos básicos

podem ser melhorados para aumentar a produção, dentre eles a ausência do teste de mastite clínica, a não realização de imersão dos tetos em solução antisséptica antes da ordenha.

Ao visitar as propriedades, foi realizado um levantamento com relação ao número de animais nas propriedades, sua produção de leite e a finalidade que se destina a produção.

A quantificação e distribuição dos animais nas categorias, descritas abaixo (Tabela 2), é de suma importância, pois é essa distribuição de categorias que vai determinar ou não uma produção estável durante o ano, o que garantiria uma melhor distribuição de renda para o produtor.

TABELA 2. Distribuição do número de animais, por categoria, em propriedades da região da água Boa, município de Rochedo, MS, com diferentes tamanhos de áreas. Campo Grande, 2012

Área ha	Vacas Prenhas	Novilhas	Touros	Bezerras	Bezerros
< 10	Entre 0 e 2	Entre 0 e 2	Entre 0 e 1	Entre 0 e 2	Entre 0 e 2
10 – 20	Entre 0 e 6	Entre 0 e 6	Entre 0 e 1	Entre 1 e 5	Entre 1 e 5
>20	Entre 4 e 12	Entre 3 e 12	Entre 1 e 3	Entre 4 e 5	Entre 4 e 5

Fonte: FETAGRI MS 2012.

Entretanto, o que se observa é uma grande variação de número de animais nas propriedades de diferentes dimensões de área, resultando em uma produção de leite, na maior parte das vezes, insatisfatória. Não foi observada uma relação de maiores número de animais e produtividade por animal com o tamanho da área (Tabela 3), o que demonstra um sistema com baixa aplicação de tecnologias disponíveis, como por exemplo, manejo do rebanho e da pastagem, melhoria da genética animal, nutrição adequada, dentre outras.

TABELA 3. Número de propriedades distribuídas conforme a área e a produção média de leite diária por animal na região da Água Boa, município de Rochedo, MS, 2011

Área (HA)	L./dia/animal		
	entre 4 a 6	entre 6 a 12	>12
< 10 ha	2	2	1
10 a 20 ha	2	3	3
20 a 30 ha	0	1	1
Acima de 30 ha	3	8	4

Fonte: FETAGRI MS, 2012.

Alguns dos problemas que levam ao agravamento da situação é o baixo poder aquisitivo da população, preços insatisfatórios em relação ao custo de produção, vacas com período de lactação curto, raças e cruzamento de animais inadequados ao sistema de produção, nutrição precária, ausência de mão de obra especializada, com falta de aptidão, esses são alguns fatores que interferem diretamente no desempenho da propriedade e são responsáveis pela baixa produtividade (FERREIRA e OLIVEIRA, 2008).

Assim, o manejo da pastagem e do rebanho torna-se de importância crucial, principalmente com adoção de sistemas intensivos de exploração de pastagens, que são práticas relacionadas ao manejo da planta forrageira e a correção do solo, de forma que proporcione máxima eficiência do uso da pastagem, garantindo melhores resultados. Entretanto a adoção dessa tecnologia prevista para cada situação, devido às diferenças de solo e de manejo de cada propriedade (BERNARDI *et al*, 2011).

Trabalhos realizados pela Embrapa Gado de Leite, comparando os sistemas de produção em pastagens de “coast-cross” e em confinamento sistema “free stall” (bairas individuais), destacando as vantagens das pastagens tropicais na produção de leite. As vacas que permaneceram totalmente confinadas, com alimentação a base de silagem de milho, e ração para atender cada fase de lactação, obtiveram maior custo de produção, do que as vacas que foram mantidas no sistema a pasto, recebendo suplementação com três quilos de ração, oferecidas as vacas confinadas do outro grupo (DERESZ e MENDONÇA, 2008).

É possível observar que, usando o sistema a pasto rotativo o

produtor pode lucrar mais por quilo de leite produzido. Diferença devido ao peso com gastos com alimentação concentrada. Contudo é importante determinar a qualidade da forragem e a quantidade disponível por vaca/dia (DERESZ e MENDONÇA, 2008).

TABELA 4. Distribuição de frequência de propriedades, com relação ao destino da produção leiteira da região da Água Boa, município de Rochedo, MS, 2011

Propriedades	Frequência	Comercialização
3	10,0%	Laticínio de Rochedo
1	3,3%	Cooperativas
1	3,3%	Vende para fabricação de leite, queijos e rapaduras
25	83,4%	Fabricação de queijos comercializados no Mercado Municipal de Campo Grande.
Total 30	100%	

Fonte: FETAGRI MS, 2012.

Com relação ao retorno econômico da comercialização da produção resultante da atividade leiteira (Tabela 5), 36,7% dos produtores possuem uma receita mensal abaixo de um salário mínimo rural; 40,03% dos produtores possuem uma receita entre um e dois salários mínimos rural, 16,68% dos produtores, entre 2 e 3 salários e, apenas 6,67% dos produtores conseguem obter uma receita superior a 3 salários mínimos pela comercialização da produção resultante dessa atividade.

Face ao exposto, constata-se que com nível tecnológico utilizado por esses produtores, a receita obtida pela comercialização da produção não é suficiente para a permanência na atividade, e nem para melhoria de sua situação. Podendo ser revertida com o acesso ao Programa Agroindústria que gera renda e agrega valor aos produtos comercializados. Por outro lado, outra fonte de renda desses produtores, também ligada a essa atividade, é a comercialização de bezerros, bezerras e vacas de descarte, o que permite a sobrevivência na atividade.

TABELA 5. Distribuição percentual de retorno mensal com a comercialização da produção resultante da atividade leiteira. Água Boa, município de Rochedo, MS. 2011

Produtores	%	Retorno Mensal
11	36,70	Abaixo/Salário * mínimo Rural
12	40,03	Entre 1 e 2 salários
5	16,68	Entre 2 e 3 salários
2	6,67	Superior a 3 salários

Fonte: FETAGRI MS 2012.

*Salário mensal considerado R\$ 645,00

Dessa forma, políticas públicas dirigidas à agricultura familiar vinham sendo necessárias. Assim, o Governo Federal a partir de 1995, vem desenvolvendo programas de desenvolvimento agrário, cujo intuito é atingir ou beneficiar principalmente os pequenos produtores, contando com a participação dos movimentos sociais e a pressão permanente da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura) a qual vem lutando por uma política diferenciada em favor da agricultura familiar (GUANZIROLI, 1998).

Programas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário, (MDA, 2003a) o (PRONAF) Programa Nacional de Agricultura Familiar (MDA, 1995), Programa Nacional de Habitação Rural (CEF, 2009), Programa Luz para Todos (ELETROBRÁS, 2010), Programa Agricultura de Baixo Carbono, (MAPA, 2010), Programa Alimentação Escolar (MDA, 2009), Programa de Aquisição de Alimentos (MDA, 2003b), Programa Agroindústria (MDA, 2012) e Programa de Assistência Técnica (MDA, 2005), têm como objetivo principal o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da Agricultura familiar.

Esses programas, se bem aplicados, poderão vir a beneficiar toda a classe trabalhadora da agricultura, assim como aos pequenos produtores de cunho familiar.

O ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, priorizará a atuação no combate a pobreza; geração de renda e agregação de valor; sustentabilidade ambiental; e segurança alimentar, com objetivo de apoiar a agro industrialização da produção dos agricultores familiares e sua comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de

trabalho no meio rural (MDA, 2008). Dessa forma não se pode perder de vista a importância do cooperativismo entre os pequenos produtores, a fim de barganhar um maior poder de ação diante do atual mercado competitivo (LUCENA *et al*, 2010).

Dentre os produtores pesquisados, 90% desconhecem ou apenas ouviram falar desses programas, contudo, por desconhecimento, faz com que esses produtores não procurem pelas instituições responsáveis pelos programas.

Ao tomar conhecimento dessa realidade, optou-se realizar reuniões, com objetivo de proporcionar um melhor conhecimento desses programas aos produtores dessa região. Até o momento, foram realizadas duas reuniões.

A primeira reunião foi realizada com objetivo de apresentar o Programa Nacional Habitação Rural, sendo que 30 famílias se interessaram e se enquadraram nos requisitos para acessarem o programa PNHR e já estão em tramitação as documentações para que sejam beneficiadas. Dentre essas 30 famílias, a grande maioria refere-se aos produtores analisados neste trabalho, porém não foram todos os que puderam acessar esse programa, uma vez que para ser contemplado, o agricultor não poderia ter sido beneficiado com recursos do Governo com relação à habitação.

A segunda reunião foi para apresentar o Programa Nacional de Crédito Fundiário aos trabalhadores que atuam nessa região a longo tempo, mas que ainda não possuem uma área de sua propriedade para que possa trabalhar em seu próprio benefício. Na região da Água Boa, foram encaminhados, ao final da reunião, quatro trabalhadores ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rochedo, o qual está organizando um grupo de trabalhadores com a finalidade de adquirir sua propriedade através do PNCF. No sindicato dos Trabalhadores Rural de Rochedo já se encontram cadastradas 52 famílias para a obtenção desse benefício.

Esses resultados demonstram que uma atuação mais presente junto às comunidades é necessária, para que os programas governamentais possam atingir uma maior amplitude de famílias rurais para fixá-las no campo, evitando o êxodo rural.

3.4 CONCLUSÕES

Os sistemas de produção leiteira praticados pela maioria dos produtores familiares da região da Água Boa, município de Rochedo, tem baixa produção em função do manejo inadequado da pastagem, do rebanho e do baixo padrão genético dos animais.

A falta de informação é o principal motivo dos agricultores familiares não demonstrarem interesse em aderir aos programas governamentais, uma vez que, ao realizar reuniões de esclarecimento e orientar os agricultores familiares na utilização dos programas disponíveis, despertou-se grande interesse e adesão imediata dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A. P. A. **Manejo de Pastagens**. Viçosa – MG, CPT, 2007. 380 p.

BENARDI, A.C. C; MANZANO, A; CHAGAS, A. C; NOGUEIRA, A. R; PEDROSO, A. F; NOVO, A. M; RODRIGUES, A. A; CAMARGO, A. B; SOUZA, G. B; RASSINI, J. B; CORRÊA, L. A; NOVAES, N. J; PRIMAVESI, O; TUPY, O; SANTOS, P. M; OLIVEIRA, M. S; MACHADO, R; ESTEVES, S. N. **Tecnologias da Embrapa Pecuária Sudeste para Agricultura Familiar**. São Carlos, SP. Dezembro, 2007. Documentos 75. Embrapa.

BRITO, J. R. F; BRITO, M. A. P; MENDONÇA, P, T. **Prevenção e Controle de Mastite**. Viçosa, MG, CPT, 2009. 236 p.

BRITO, L. G. **Instrução Normativa 51 (IN 51)**. Porto Velho, RO, Embrapa. 2 p. Disponível em: www.cpafrro.embrapa.br/media/...folder_leite_instrucaonormativa.pdf. Acesso em: 15/05/2012.

CAMARGO, A.C; NOVAES, N. J; NOVO, A. M; MENDONÇA, F.C; MANZANO, A; ESTEVES, S. N; STIVARI, A; NISHIDA, A. T; KAKIDA, Y; SENA, M. S; SINICIATO, J. B; SANTOS, F. L; FERNANDES, J. S; UMEHARA, E; RIBEIRO, W. M; FARIA, V. P. **Projeto Balde Cheio: Tecnologia na Produção Leiteira – Estudo de Caso do Sítio São Carlos, de Irapuru**. São Carlos, SP. Dezembro, 2006. Documentos 73. Embrapa.

CEF – Caixa Econômica Federal. **Programa Nacional de Habitação Rural**. 2009. Disponível em: www1.caixa.gov.br/gov/gov-social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/epasses/pnhr_ogu/index.asp.

Acesso em: 10/02/2012.

DERESZ, F; MENDONÇA, P. T. **Produção de Leite a Pasto**. Viçosa – MG, CPT, 2008. 272 p.

ELETROBRAS, 2010. **Programa Luz Para Todos**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages.>> Acesso em 03/04/2012.

FERREIRA, A. M; OLIVEIRA, J. S. **Técnica Simples para Produzir mais Leite e mais Bezerros**. Viçosa, CPT, 2008. 238p.

FERNANDES, A. E. B. **O Perfil da Agricultura Familiar Brasileira**. 2009. Administração e Negócios, 3 p. Disponível em: <<http://webartigos.com/articles/16496/1/O-Perfil-Agricultura-da-Agricultura-Familiar>> . Acesso em 04/04/2012.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS. Registros de Dados das Propriedades Rurais da Região de Água Boa. Campo Grande: FETAGRI MS, 2012. 30p.

GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia: O Caso do Brasil**. 1998. p. 26. Disponível em: <www.google.com.br/search?sourceid=navclient&hl=ptBR&ie=UTF-8&rlz=1T4GF>

GUILHOTO, J. M. J; ICHIHARA, S. M; SILVEIRA, F. G; DINIZ, B. C; AZZONI, C. R; MOREIRA, G. R. **A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em Seus Estados**. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/107A089.pdf>> Acesso em: 13/05/2012.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUCENA, L. P.; MELO, A. X.; MARTINES. C.; NETO, F. F.; MICHELS, I. **As pequenas propriedades Rurais de Mato Grosso do Sul e seus desafios gerenciais quanto ao sistema de informação**. Disponível em: <www.cnpq.br/embrapa.br/sbsp/anais/trab_format_pdf/109.pdf> Acesso em 20/11/2010.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Programa ABC**, 2010. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/programa-abc> Acesso em 10/02/2012.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Crédito Rural**. Brasília DF: Brasília, DF: MDA/SAF. 1995. 1p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> . Acesso em 12/02/2012

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Crédito Fundiário**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2003.a 2 p. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>> Acesso em 11/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2003.b 1 p. Disponível em: [<www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos>](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos) . Acesso em 11/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Assistência Técnica**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2005. 1 p. Disponível em: [<www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programaassistenciatecnica.>](http://www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programaassistenciatecnica) Acesso em 12/02/2012.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Agro industrialização da Produção da Agricultura Familiar**. Brasília, abril de 2008, SAF. 17 p. Disponível em: [<www.mda.gov.br/.../02 - cartilha do programa 2007-2010 2.pdf>](http://www.mda.gov.br/.../02 - cartilha do programa 2007-2010 2.pdf).

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Alimentação Escolar**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2009.1p. Disponível em: [<www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/alimentação escolar>](http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/alimentacao_escolar). Acesso em 12/02/2012.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Agroindústria**. Brasília, DF: MDA/SAF. 2012. 1 p. Disponível em: [<www.mda.gov.br/portal/saf/programas/agroindustrias.>](http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/agroindustrias) Acesso em 12/02/2012.